

O BRASIL ESTÁ SE ENDIVIDANDO PARA QUÊ?

Em junho, a dívida federal cresceu, em média, R\$ 7,9 bilhões por dia. No primeiro semestre, o aumento chegou a R\$ 633,3 bilhões. É dinheiro demais para virar apenas mais uma notícia econômica. A pergunta é o que o país está ganhando com esse endividamento e para onde esse dinheiro está indo.

Ter dívida não significa que um país esteja fazendo algo errado. Governos podem tomar dinheiro para construir ferrovias, ampliar a geração de energia, modernizar portos, desenvolver tecnologia, fortalecer a defesa e dar escala à indústria. A geração seguinte recebe a conta, mas também recebe uma economia mais preparada para pagá-la.

No Brasil, é difícil enxergar o que ficou em troca. Dos R\$ 633,3 bilhões acrescentados ao estoque no primeiro semestre, R\$ 521 bilhões vieram da incorporação de juros. A maior parte do aumento não financiou estrada, usina, fábrica ou laboratório. Foi o custo de carregar uma dívida que já existia.

Esse custo aparece fora dos relatórios do Tesouro. O custo médio das novas emissões internas nos últimos doze meses chegou a 14,2% ao ano. Quase metade da dívida já está ligada a taxas flutuantes e fica mais cara rapidamente quando os juros sobem.

Para quem tem dinheiro para aplicar, os títulos públicos oferecem retorno elevado e risco baixo. Financiar uma empresa, uma obra ou uma linha de produção envolve mais incerteza. O banco compara as duas opções e cobra ainda mais caro de quem precisa de crédito para investir.

O problema aparece quando uma empresa procura dinheiro para reforçar o caixa ou ampliar a produção. Muitas vezes há demanda e espaço para crescer, mas o custo do financiamento faz o projeto ficar para depois.

Os juros altos acabam afastando parte do dinheiro da produção. O governo oferece uma alternativa segura e muito bem remunerada, enquanto empresas disputam crédito em condições piores. Depois, Brasília anuncia programas de estímulo e procura novas formas de arrecadar, como se o problema fosse apenas falta de receita.

Aí entra a suposta briga entre Lula e a Faria Lima. Lula diz que enfrenta o mercado financeiro. O mercado diz que teme o governo. Ao mesmo tempo, bancos e fundos concentram mais da metade dos títulos públicos internos, e o Tesouro continua dependendo deles para financiar e renovar a dívida.

Ninguém precisa gostar de ninguém para essa relação funcionar. O governo encontra compradores para os títulos e adia uma revisão séria de suas prioridades. Bancos e fundos recebem uma remuneração alta com risco baixo. As críticas públicas continuam, mas o dinheiro segue o mesmo caminho.

Enquanto isso, as empresas pagam caro para investir e as famílias pagam caro pelo crédito. Quando as contas apertam, o governo procura mais receita no bolso de quem já trabalha, consome e paga imposto.

O debate costuma ficar preso entre gastar sem limite e cortar tudo. Mas a questão principal é outra: para onde está indo o dinheiro? Dívida usada para ampliar energia, logística, tecnologia, defesa e produção pode deixar o Brasil mais forte. Quando ela cresce principalmente pelos juros, sobra menos espaço justamente para esses investimentos.

Antes de criar outro imposto ou anunciar mais um programa, o governo deveria explicar como pretende reduzir esse custo e fazer com que uma parte maior do dinheiro volte a financiar a produção. Sem mudar as prioridades, o país continuará gastando para carregar a dívida quando mais precisa investir para crescer.

- **Dívida sem legado:** A incorporação de juros responde pela maior parte do crescimento da dívida, sem contrapartida equivalente em infraestrutura, tecnologia, energia ou produção.
- **Crédito sufocado:** A alta remuneração dos títulos públicos desvia recursos da atividade produtiva e encarece o financiamento de empresas e famílias.
- **Conveniência financeira:** Governo, bancos e fundos mantêm uma relação vantajosa em torno da dívida pública, enquanto contribuintes e setores produtivos suportam os custos.

